



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ
C.N.P.J. Nº 05.119.854/0001-05

PARECER CONTRATUAL DE CONTROLE INTERNO

ENTIDADE SOLICITANTE: CPL

FINALIDADE: CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2.610/2025

ORIGEM:

DOS FATOS:

Ocorre que chegou ao Controle Interno, para manifestação, quanto aos Contratos Administrativos N.º **2.610/2025**, encaminhado pela Comissão de Licitação, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, COM DESTINAÇÃO ESPECIAL PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, VISANDO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE E O PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- PEA, NO MUNICÍPIO DE AFUÁ, CONFORME ESTABELECIDO PELA LEI Nº 11.947/2009, PELA RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 06/2020, ALTERADO PELA RESOLUÇÃO Nº 20/2020, BEM COMO PELA NOTA TÉCNICA Nº 03/2020/6CCR/MPF, DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE BÁSICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE AFUÁ/PA.**

DA FUNDAMENTAÇÃO:

Lei Federal n.º 14.133/2021

Edital de Licitação Modalidade Chamada Pública Nº 004/2025

Contrato Administrativo N.º **2.610/2025**

CONCLUSÃO:

Em conclusão ao encaminhamento dos contratos administrativo N.º **2.610/2025**. Para análise, inicialmente, há de ressaltar que o presente Contrato Administrativo está em conformidade com a minuta contratual.

Sob o ponto de vista técnico, observa – se que o trâmite procedimental estabelecidos no contrato, está em conformidade com a lei n.º 14.133/2021, (Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública).

Observa – se que este contrato administrativo N.º **2.610/2025**. preveem necessariamente, todas as cláusulas estabelecidas no artigo 92 da lei n.º 14.133/2021, como a descrição do objeto, o preço e as formas de pagamento, entre outros.

Face ao exposto, e, ainda considerando a legalidade, opino pela regularidade ao Contrato Administrativo N.º **2.610/2025**. Reafirmo neste parecer, que a conclusão do Processo Administrativo de origem modalidade Chamada Pública Nº 004/2025 é de inteira responsabilidade da Comissão de licitação.

É imprescindível ressaltar que as informações acostadas aos autos são de inteira responsabilidade e veracidade da Prefeitura Municipal de Afuá/PMA, que tem competência técnica para tal, do Controle Interno, a função da fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da administração pública municipal.

É nosso parecer salvo melhor entendimento.

Afuá (PA), 16 de setembro de 2025.

IRANEI DA SILVA FERNANDES
Controle Interno PMA